

# Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras  
(controladora e consolidado)  
em 31 de dezembro de 2020

# Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	5
Balancos patrimoniais (controladora e consolidado)	9
Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)	10
Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	12
Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)	13
Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	15

## Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

### 1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.

A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na Companhia.

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Pagamento de debêntures

Nos dias 15 de maio e 15 de novembro de 2020 a Companhia amortizou o terceiro e o quarto saldo da dívida no valor total de R\$ 66.670 de principal e R\$ 18.768 de juros.

#### (b) Dividendos pagos

Durante o exercício findo em 2020 a Companhia pagou para a sua controladora o montante de R\$ 22.122 de dividendos.

#### (c) Dividendos a receber

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Triângulo e a Vila do Conde pagaram o montante de R\$ 29.314 e 31.682, respectivamente, de dividendos para a Companhia.

#### (d) Mútuo

Durante o exercício findo em 2020 a Companhia recebeu de mútuo o montante de R\$ 50.646 das suas controladas.

#### (e) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas no exercício de 2020 foi de 100%.

**(f) Receita anual permitida (RAP)**

A Resolução Homologatória nº 2.725 de 14 de julho de 2020 estabeleceu a RAP da Triângulo e da Vila do Conde em R\$ 121.510 mil e R\$ 82.966 mil, respectivamente.

**4. Governança corporativa**

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

**(a) Diretoria**

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia.

**(b) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

**(c) Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

**5. Declaração da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**6. Relacionamento com os auditores independentes**

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

**Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Principal assunto de auditoria

Veja as Notas 7.3 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principal assunto de auditoria

### Como auditoria endereçou esse assunto

O reconhecimento do ativo concessão e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes das controladas da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e
- (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

## Balanços patrimoniais (controladora e consolidado)

### Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9	5	9	4.110	141
Títulos e valores mobiliários	10	2.813	275	75.532	47.790
Concessionárias e permissionárias	11	-	-	20.571	17.101
Dividendos a receber	26 (a)	32.934	30.498	-	-
Ativo de contrato	12	-	-	166.029	165.070
Mútuo	26 (b)	44.364	48.057	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		3.454	580	5.805	4.153
Outros ativos		93	77	13.888	11.844
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>83.663</b>	<b>79.496</b>	<b>285.935</b>	<b>246.099</b>
Caixa restrito	13	5.842	5.198	5.842	5.198
Ativo de contrato	12	-	-	689.495	746.546
Mútuo	26 (b)	42.878	82.499	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>48.720</b>	<b>87.697</b>	<b>695.337</b>	<b>751.744</b>
Imobilizado e Intangível		-	-	8.926	9.187
Investimentos	14	627.492	616.209	-	-
<b>Total do imobilizado/intangível/investimento</b>		<b>627.492</b>	<b>616.209</b>	<b>8.926</b>	<b>9.187</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>676.212</b>	<b>703.906</b>	<b>704.263</b>	<b>760.931</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>759.875</b>	<b>783.402</b>	<b>990.198</b>	<b>1.007.030</b>
Fornecedores		1.567	1.039	3.549	1.419
Debêntures	15 (a)	49.196	67.586	49.196	67.586
Salários e encargos a pagar		-	-	2.158	2.435
Impostos e contribuições a recolher	16	2.642	920	24.517	15.877
PIS e COFINS diferidos	17	-	-	14.399	11.783
Dividendos a pagar	26 (c)	14.858	9.122	14.858	9.122
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200	200	200
Encargos setoriais		-	-	9.430	7.754
Contas a pagar	15 (b)	2.484	3.166	2.484	3.166
Outros passivos		73	70	4.714	5.375
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>71.020</b>	<b>82.103</b>	<b>125.505</b>	<b>124.717</b>
Debêntures	15 (a)	381.163	428.309	381.163	428.309
PIS e COFINS diferidos	17	-	-	47.052	55.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	128.731	124.537
Outros passivos		-	-	55	1.355
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>381.163</b>	<b>428.309</b>	<b>557.001</b>	<b>609.323</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>452.183</b>	<b>510.412</b>	<b>682.506</b>	<b>734.040</b>
Capital social	20 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	20 (c)	222.092	187.390	222.092	187.390
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>307.692</b>	<b>272.990</b>	<b>307.692</b>	<b>272.990</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>759.875</b>	<b>783.402</b>	<b>990.198</b>	<b>1.007.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado (controladora e consolidado)

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22</b>	-	-	<b>139.612</b>	<b>143.474</b>
Pessoal		-	-	(9.233)	(9.489)
Material		-	-	(638)	(896)
Serviços de terceiros	23 (a)	-	-	(10.760)	(14.004)
Outros		-	-	(2.278)	(2.613)
<b>Custos operacionais</b>		-	-	<b>(22.909)</b>	<b>(27.002)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>116.703</b>	<b>116.472</b>
Pessoal		-	-	(787)	(390)
Serviços de terceiros	23 (b)	(415)	(511)	(6.719)	(6.542)
Outros		(385)	(319)	(1.676)	(4.301)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(800)</b>	<b>(830)</b>	<b>(9.182)</b>	<b>(11.233)</b>
<b>Resultado antes das despesas financeiras</b>		<b>(800)</b>	<b>(830)</b>	<b>107.521</b>	<b>105.239</b>
Receitas financeiras		7.540	16.682	1.873	6.826
Despesas financeiras		(21.749)	(40.605)	(23.237)	(43.924)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>24</b>	<b>(14.209)</b>	<b>(23.923)</b>	<b>(21.364)</b>	<b>(37.098)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	14	77.569	63.162	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>62.560</b>	<b>38.409</b>	<b>86.157</b>	<b>68.141</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(19.403)	(26.563)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(4.194)	(3.169)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>25</b>	-	-	<b>(23.597)</b>	<b>(29.732)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>62.560</b>	<b>38.409</b>	<b>62.560</b>	<b>38.409</b>
<b>Resultado por ação</b>					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	21			0,73	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	62.560	38.409
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>62.560</b>	<b>38.409</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado									
	Nota	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>85.600</b>	<b>252.983</b>	<b>983</b>	<b>157.120</b>	<b>-</b>	<b>14.010</b>	<b>-</b>	<b>510.696</b>
Recuperação de ações	20 (b)	-	(252.983)	-	-	-	-	-	(252.983)
Pagamento de dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	(14.010)	-	(14.010)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	38.409	38.409
Reserva Legal	20 (c)	-	-	1.921	-	-	-	(1.921)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20 (c)	-	-	-	-	-	-	(9.122)	(9.122)
Dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	27.366	(27.366)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>85.600</b>	<b>-</b>	<b>2.905</b>	<b>157.120</b>	<b>-</b>	<b>27.366</b>	<b>-</b>	<b>272.990</b>
Transferência conforme AGO de 06/04/2020	20 (c)	-	-	-	-	27.366	(27.366)	-	-
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(13.000)	-	-	(13.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	62.560	62.560
Reserva legal	20 (c)	-	-	3.128	-	-	-	(3.128)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20 (c)	-	-	-	-	-	-	(14.858)	(14.858)
Dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	44.574	(44.574)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>85.600</b>	<b>-</b>	<b>6.033</b>	<b>157.120</b>	<b>14.366</b>	<b>44.574</b>	<b>-</b>	<b>307.692</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		62.560	38.409	62.560	38.409
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	4.194	3.169
- PIS e COFINS diferidos	22	-	-	(5.454)	(2.781)
- Equivalência	14	(77.569)	(63.162)	-	-
- Juros e custo de transação das debêntures	24	19.902	39.650	19.902	39.651
- Juros do mútuo	26 (b)	(7.332)	(14.930)	-	-
- Remuneração do ativo de contrato	12	-	-	(108.979)	(115.077)
		<b>(2.439)</b>	<b>(33)</b>	<b>(27.777)</b>	<b>(36.629)</b>
Variações em:					
- Títulos e valores mobiliários		(2.538)	(275)	(27.742)	75.448
- Concessionárias e permissionárias		-	-	(3.470)	1.401
- Ativo de contrato	12	-	-	165.071	157.847
- Impostos e contribuições a recuperar		(20)	(580)	(1.651)	(1.447)
- Outros ativos		(16)	(1.186)	(2.044)	4.942
- Fornecedores		528	934	2.130	271
- Salários e encargos a pagar		-	-	(277)	(57)
- Impostos e contribuições a recolher		1.722	866	8.640	1.369
- Encargos setoriais		-	-	1.676	(4)
- Contas a pagar		(682)	(7.733)	(682)	(7.733)
- Outros passivos		3	71	(1.962)	(1.666)
- Debentures - pagamento de juros	15	(18.768)	(33.698)	(18.768)	(33.698)
<b>Caixa (utilizado) gerado atividades operacionais</b>		<b>(22.210)</b>	<b>(41.634)</b>	<b>93.144</b>	<b>160.044</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Caixa restrito		(644)	55.202	(644)	55.202
Imobilizado e intangível		-	-	261	(189)
Mútuos - recebimentos	26 (b)	50.646	64.983	-	-
Redução de capital nas controladas		-	71.500	-	-
Dividendos recebidos	26 (a)	60.996	70.824	-	-
<b>Caixa gerado (utilizado) atividades de investimento</b>		<b>110.998</b>	<b>262.509</b>	<b>(383)</b>	<b>55.013</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Debentures - pagamento de principal	15	(66.670)	(61.020)	(66.670)	(61.020)
Dividendos pagos	26 (c)	(22.122)	(18.680)	(22.122)	(18.680)
Recuperação de ações próprias		-	(252.983)	-	(252.983)
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(88.792)</b>	<b>(332.683)</b>	<b>(88.792)</b>	<b>(332.683)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes</b>		<b>(4)</b>	<b>(111.808)</b>	<b>3.969</b>	<b>(117.626)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	111.817	141	117.767
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>5</b>	<b>9</b>	<b>4.110</b>	<b>141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receitas (1)</b>		-	-	<b>161.875</b>	<b>162.700</b>
Remuneração do ativo de contrato	22	-	-	135.468	143.257
Receita de operação e manutenção	22	-	-	24.381	23.309
Outras receitas	22	-	-	2.505	939
Parcela variável	22	-	-	(478)	(4.805)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b>		<b>800</b>	<b>830</b>	<b>22.071</b>	<b>28.356</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		415	830	18.117	17.513
Despesas gerais, administrativas e outros		385	-	3.954	10.843
<b>Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)</b>		<b>(800)</b>	<b>(830)</b>	<b>139.805</b>	<b>134.344</b>
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
<b>Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)</b>		<b>(800)</b>	<b>(830)</b>	<b>139.805</b>	<b>134.344</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência (6)</b>		<b>85.109</b>	<b>79.844</b>	<b>1.873</b>	<b>6.826</b>
Resultado de equivalência patrimonial	14	77.569	63.162	-	-
Receitas financeiras	24	7.540	16.682	1.873	6.826
<b>Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)</b>		<b>84.309</b>	<b>79.014</b>	<b>141.678</b>	<b>141.170</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>84.309</b>	<b>79.014</b>	<b>141.678</b>	<b>141.170</b>
Pessoal		-	-	10.020	9.878
Impostos, taxas e contribuições		-	-	45.861	48.958
Juros	24	21.749	40.605	23.237	43.925
Lucro líquido do exercício		62.560	38.409	62.560	38.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
<b>Base de preparação</b>		
1.	Contexto operacional	16
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4.	Uso de estimativas e julgamentos	17
<b>Políticas contábeis</b>		
5.	Base de mensuração	17
6.	Sazonalidade	17
7.	Principais políticas contábeis	17
8.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	27
<b>Ativos</b>		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	29
10.	Títulos e valores mobiliários	29
11.	Concessionárias e permissionárias	29
12.	Ativo de contrato	30
13.	Caixa restrito	30
14.	Investimentos	31
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
15.	Debêntures	31
16.	Impostos e contribuições a recolher	34
17.	PIS e COFINS diferidos	34
18.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	34
19.	Passivos contingentes	35
20.	Patrimônio líquido	35
<b>Desempenho do ano</b>		
21.	Lucro básico e diluído por ação	36
22.	Receita operacional líquida	36
23.	Serviços de terceiros	36
24.	Despesas financeiras líquidas	37
<b>Tributos sobre o lucro</b>		
25.	Imposto de renda e contribuição social	37
<b>Outras informações</b>		
26.	Transações com partes relacionadas	38
27.	Gestão de riscos financeiros	39
28.	Cobertura de seguros	41
29.	Coronavírus (COVID-19)	42

## 1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (“Triângulo”) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (“Vila do Conde”).

A Celeo Redes Brasil S.A. (“Celeo”) possui 100% de participação na Companhia.

### (a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria “B”.

### (b) Controladas

As controladas (também definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos, conforme informações a seguir.

	Contrato de Concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
			2019-2020	2020-2021		
Triângulo	004/2006	26/04/2036	119.256	121.510	Julho-2024	IPCA
Vila do Conde	003/2005	04/03/2035	83.951	82.966	Maior-2021	IGP-M

## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2021.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **(a) Nota explicativa 12 - Ativo de contrato**

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **6 Sazonalidade**

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

### **7 Principais políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

## 7.1 Base de consolidação

### (a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

### (b) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 7.2 Instrumentos financeiros

### (c) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (d) Classificação e mensuração subsequente

#### i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios**

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

#### **iv.1 Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

#### iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (e) Desreconhecimento

##### i. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### ii. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(f) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(g) Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### **7.3 Ativo de contrato**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA (Triângulo) e do IGP-M (Vila do Conde).

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar.

Em 1 de dezembro de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (Ofício) para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 e do CPC 48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção, que varia conforme o projeto, de 8% a 28%, e de operação e manutenção, que varia de 20% a 25%.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- i. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- ii. A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato varia entre 9%a.a. e 16%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 10%a.a. e 15%a.a., nominal e antes dos impostos.

#### **7.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração do Grupo.

#### **7.5 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 7.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## 7.7 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, o Grupo comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não possui provisão para PEC.

## 7.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## 8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

### (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: (i) mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e (ii) contabilidade de *hedge*.

#### i. Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de impactos significativos.

**ii. Contabilidade de hedge**

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas: (ii.1) Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma; (ii.2) Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados; (ii.3) Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item da Companhia é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge; (ii.4) Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possui *hedges*.

**iii. Divulgação**

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

**iv. Transição**

Caso aplicável, a Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

**(c) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e (v) IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Conta corrente		5	9	110	9
Operações compromissadas	(a)	-	-	4.000	132
		<b>5</b>	<b>9</b>	<b>4.110</b>	<b>141</b>

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 50% do DI com vencimento em janeiro de 2021.

## 10 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CDB	(a)	2.813	275	72.217	44.637
Fundo de investimento	(b)	-	-	3.172	3.117
Outras aplicações		-	-	143	36
		<b>2.813</b>	<b>275</b>	<b>75.532</b>	<b>47.790</b>

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa do Grupo.

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98% (97,9% em 2017) do DI com vencimento em agosto e dezembro de 2021.
- (b) Fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2020 foi de 2,10% (5,63% no exercício findo em 2019).

## 11 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	19.175	15.888
Até 3 meses	58	172
Acima de 3 meses	1.338	1.041
	<b>20.571</b>	<b>17.101</b>

A provisão para perdas esperadas de créditos não é reconhecida, pois no caso de não recebimento, o Grupo pode acionar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia.

## 12 Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>654.070</b>	<b>300.316</b>	<b>954.386</b>
Remuneração do ativo de contrato	76.614	38.463	115.077
Recebimentos	(98.396)	(59.451)	(157.847)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>632.288</b>	<b>279.328</b>	<b>911.616</b>
Remuneração do ativo de contrato	73.635	35.344	108.979
Recebimentos	(102.824)	(62.247)	(165.071)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>603.099</b>	<b>252.425</b>	<b>855.524</b>

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante	166.029	165.070
Não circulante	689.495	746.546
	<b>855.524</b>	<b>911.616</b>

## 13 Caixa restrito

Com a entrada do recurso proveniente da emissão das debêntures (nota explicativa 15) e como parte das garantias dessa operação, a Companhia constituiu o preenchimento das contas reservas no Banco Citibank, referentes as: (i) garantias de O&M (operação e manutenção) no valor de R\$ 5.050; e (ii) serviço da dívida no valor de R\$ 55.350.

Em maio de 2019 a Companhia contratou fiança bancária e liberou a conta reserva referente ao item (ii) serviço da dívida.

Em 31 de dezembro 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos "Cash Blue fundo de investimento renda fixa referenciado DI" no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2020 foi de 2,18% (5,54% no exercício findo em 2019).

## 14 Investimentos

### (a) Movimentação dos investimentos

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>397.890</b>	<b>275.145</b>	<b>673.035</b>
Redução de capital	(42.000)	(29.500)	(71.500)
Dividendo recebidos	-	(17.990)	(17.990)
Resultado de equivalência patrimonial	30.857	32.305	63.162
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.657)	(15.841)	(30.498)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>372.090</b>	<b>244.119</b>	<b>616.209</b>
Resultado de equivalência patrimonial	48.929	28.640	77.569
Dividendos recebidos	(14.657)	(15.841)	(30.498)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(23.242)	(12.546)	(35.788)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>383.120</b>	<b>244.372</b>	<b>627.492</b>

### (b) Informações financeiras resumidas das controladas

	Triângulo		Vila do Conde	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	159.650	144.381	119.920	100.776
Ativo não circulante	500.565	534.631	197.856	221.102
Passivo circulante	95.622	86.954	36.157	33.722
Passivo não circulante	181.471	219.968	37.245	43.540
Patrimônio líquido	383.122	372.090	244.374	244.616
Lucro líquido do exercício	48.929	30.857	28.640	32.305

## 15 Debêntures

		Controladora e Consolidado	
Debêntures	(a)	507.598	565.406
Custo de transação	(b)	(11.703)	(23.057)
<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>		<b>495.895</b>	<b>542.349</b>
Juros		17.017	36.910
Amortização - principal		(66.670)	(61.020)
Amortização - juros		(18.768)	(33.698)
Amortização - custo de transação		2.885	2.740
Custo de transação - baixa de saldo		-	8.614
Debêntures	(a)	439.177	507.598
Custo de transação	(b)	(8.818)	(11.703)
<b>Em 31 de dezembro de 2020 e 2019</b>		<b>430.359</b>	<b>495.895</b>

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 18 de dezembro de 2018 destinadas ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos intercompany e distribuição de recursos para a controladora da Companhia. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 24 de dezembro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros CDI + 0,75% ao ano. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

O valor nominal unitário das debêntures está sendo amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro, de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Circulante	49.196	67.586
Não circulante	381.163	428.309
	<b>430.359</b>	<b>495.895</b>

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está demonstrado abaixo.

	2020
Em 2022	50.850
Em 2023	330.313
	<b>381.163</b>

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros; (c) Liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia e/ou das controladas; (d) A Companhia deixar de ser uma sociedade por ações; (e) Distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura; (f) Aumento de capital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos debenturistas; e (g) Descumprimento dos seguintes índices financeiros (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 mais de 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas ou (b) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior ou igual a 3,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD e da Dívida Líquida/EBITDA

**i. Cálculo do ICSD**

	2020
(+) EBITDA ajustado consolidado	173.484
(+) Receita de juros	1.873
(-) CAPEX	(261)
(-) Tributos	(12.099)
<b>(A) Fluxo de caixa gerado consolidado</b>	<b>162.997</b>
Amortização de principal	66.670
Pagamento de juros	18.768
<b>(B) Serviço da dívida das debêntures</b>	<b>85.438</b>
(A) Fluxo de caixa gerado consolidado	162.997
(B) Serviço da dívida das debêntures	85.438
<b>(C) ICSD (A) / (B)</b>	<b>1,91</b>

**ii. Cálculo da Dívida líquida/EBITDA**

	2020
(+) Debêntures no curto prazo	49.196
(+) Debêntures no longo prazo	389.982
(-) Disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários	(79.642)
<b>(A) Dívida líquida</b>	<b>359.535</b>
(+/-) Lucro/Prejuízo antes dos imposto de renda	86.157
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	21.364
(-) Outras receitas operacionais	(2.505)
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação CPC 47	(5.454)
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(108.979)
(-) Receita para cobertura dos gastos com operação e manutenção	(24.381)
(+) Receita Anual Permitida no exercício (menos as deduções da receita)	207.282
<b>(B) EBITDA Ajustado Consolidado</b>	<b>173.484</b>
(A) Dívida líquida	359.535
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	173.484
<b>(C) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado</b>	<b>2,07</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

## 16 Impostos e contribuições a recolher

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Imposto de renda	(a)	-	-	14.798	10.544
Contribuição social		-	-	3.968	2.751
Cofins	(a)	1.446	-	2.036	-
IOF		708	707	708	-
Outros		488	213	3.007	2.582
		<b>2.642</b>	<b>920</b>	<b>24.517</b>	<b>15.877</b>

- (a) Aumento no exercício refere-se principalmente a provisão de imposto de renda e Cofins sobre os juros sobre capital próprio.

## 17 PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	2020	2019
PIS	10.962	11.931
COFINS	50.489	54.974
	<b>61.451</b>	<b>66.905</b>

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2020	2019
Circulante	14.399	11.783
Não circulante	47.052	55.122
	<b>61.451</b>	<b>66.905</b>

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pelo Grupo.

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto de renda	94.655	91.571
Contribuição social	34.076	32.966
	<b>128.731</b>	<b>124.537</b>

## 19 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não possui passivos contingentes.

## 20 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes Brasil S.A.

### (b) Outras reservas de capital

Em dezembro de 2018 a Companhia emitiu ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Celeo Redes Brasil S.A. adquiriu essas novas ações e em contrapartida transferiu o controle das empresas Triângulo e da Vila do Conde para a Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou recompras de ações pagando o valor de R\$ 252.983.

### (c) Reserva de lucros

#### i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

#### ii. Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor destinado foi de R\$ 14.858 e R\$ 9.122, respectivamente.

#### iii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor destinado foi de R\$ 44.574 e R\$ 27.366, respectivamente.

#### iv. Retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em abril de 2020, conforme AGO realizada, houve a transferência R\$ 27.366 referente a dividendo adicional proposto para retenção de lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia pagou o montante de R\$ 13.000 como dividendos para a sua controladora.

#### v. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 7.3.

## 21 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	62.560	38.409
Média ponderada das ações emitidas	85.600	263.994
	<b>0,73</b>	<b>0,15</b>

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

## 22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Remuneração do ativo de contrato	135.468	143.257
Receita de operação e manutenção	24.381	23.309
Compartilhamento de instalação	2.505	939
Parcela variável	(478)	(4.805)
<b>Receita bruta</b>	<b>161.875</b>	<b>162.700</b>
PIS e COFINS correntes	(19.591)	(14.257)
PIS e COFINS diferidos	5.454	2.781
Encargos setoriais	(8.127)	(7.750)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(22.264)</b>	<b>(19.226)</b>
	<b>139.612</b>	<b>143.474</b>

## 23 Serviços de terceiros

### (a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2020	2019
Serviço de operação e manutenção	(i)	(5.480)	(5.338)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(2.137)	(14.060)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.114)	(793)
Receita de indenização	(ii)	-	8.748
Diversos		(2.029)	(2.561)
		<b>(10.760)</b>	<b>(14.004)</b>

- i. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo.

- ii. Refere-se aos custos que o Grupo teve para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. Parte substancial desses custos no exercício de 2019 refere-se ao sinistro ocorrido no transformador da controlada Triângulo no valor total de R\$ 10.534. O Grupo acionou o seguro e foi indenizada no valor de R\$ 8.748.

**(b) Despesas operacionais**

		Consolidado	
		2020	2019
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.607)	(5.462)
Consultorias		(668)	(508)
Diversos		(444)	(572)
		<b>(6.719)</b>	<b>(6.542)</b>

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

**24 Despesas financeiras líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Rendimento de aplicação financeira	208	1.719	1.849	6.566
Receita de juros do mútuo	7.332	14.930	-	-
Outras receitas	-	33	24	260
<b>Receitas financeiras</b>	<b>7.540</b>	<b>16.682</b>	<b>1.873</b>	<b>6.826</b>
Juros das debêntures	(17.017)	(36.910)	(17.017)	(36.910)
Custo de transação - debêntures	(2.885)	(2.740)	(2.885)	(2.740)
Outras despesas	(1.847)	(955)	(3.335)	(4.274)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(21.749)</b>	<b>(40.605)</b>	<b>(23.237)</b>	<b>(43.924)</b>
	<b>(14.209)</b>	<b>(23.923)</b>	<b>(21.364)</b>	<b>(37.098)</b>

**25 Imposto de renda e contribuição social**

	Consolidado	
	2020	2019
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>86.157</b>	<b>68.141</b>
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(29.293)	(23.168)
(Adições) exclusões	5.696	(6.564)
<b>Despesa de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(23.597)</b>	<b>(29.732)</b>
Alíquota efetiva	27%	44%

## 26 Transações com partes relacionadas

### (a) Dividendos a receber

	Controladora	
	2020	2019
Triângulo	21.288	14.657
Vila do Conde	11.646	15.841
	<b>32.934</b>	<b>30.498</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Triângulo e a Vila do Conde pagaram o montante de R\$ 29.314 e 31.682 e R\$ 34.846 e R\$ 35.978, respectivamente, de dividendos para a Companhia.

### (b) Mútuo

	Controladora			
	Ativo		Receita	
	2020	2019	2020	2019
Triângulo	80.350	120.298	6.501	12.468
Vila do Conde	6.892	10.258	831	2.462
	<b>87.242</b>	<b>130.556</b>	<b>7.332</b>	<b>14.930</b>

No dia 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 150.000 com a Triângulo e R\$ 29.500 com a Vila do Conde, que serão recebidos em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 meses a contar da data do pagamento, com atualização de juros de 3% ao ano indexado 100% ao certificado de depósito bancário (CDI). Com o recurso do mútuo, as controladas quitaram integralmente os financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A movimentação do mútuo está demonstrada a seguir.

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>150.000</b>	<b>29.500</b>	<b>179.500</b>
Receita de juros	12.468	2.462	14.930
Recebimento de principal	(31.394)	(19.472)	(50.866)
Recebimento de juros	(11.731)	(2.386)	(14.117)
IOF	955	154	1.109
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>120.298</b>	<b>10.258</b>	<b>130.556</b>
Receita de juros	6.501	831	7.332
Recebimento de principal	(39.535)	(854)	(40.389)
Recebimento de juros	(6.914)	(3.343)	(10.257)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>80.350</b>	<b>6.892</b>	<b>87.242</b>

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir.

	Controladora	
	2020	2019
Circulante	44.364	48.057
Não circulante	42.878	82.499
	<b>87.242</b>	<b>130.556</b>

**(c) Dividendos a pagar**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia pagou para a sua controladora o montante de R\$ 22.122 e R\$ 18.680, respectivamente, de dividendos apurados sobre os exercícios de anos anteriores.

**(d) Transações comerciais**

	Controladora	
	2020	2019
Triângulo	(6.522)	(6.353)
Vila do Conde	(4.565)	(4.447)
	<b>(11.087)</b>	<b>(10.800)</b>

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão e para prestação de serviços administrativos.

**(e) Remuneração da administração**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

## 27 Gestão de riscos financeiros

**(a) Considerações gerais e políticas**

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

**i. Gestão de risco de capital**

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento do Grupo possui taxas pré-fixadas.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

**iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

**iv. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

**(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Consolidado			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(2.386)	(1.789)	(1.193)
Debêntures	Aumento do IPCA	14.976	11.232	7.488

\* fonte: relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2020 publicado no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI e o IPCA para o cenário provável (3% e 3,41%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2020.

**(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

**28 Cobertura de seguros**

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. O Grupo possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 170.696 para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

## 29 Coronavírus (COVID-19)

### (a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde elevou o status do surto de Coronavírus (COVID19) à pandemia mundial.

No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito (inclusive a continuidade do ciclo de cortes nas taxas de juros, sustentada pelo baixo nível de inflação) e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

### (b) Medidas adotadas pela Companhia

#### ▪ Corporativas

- Elaboração de protocolos específicos para ações relacionadas ao COVID-19;
- Reuniões diárias por videoconferência envolvendo os membros do comitê de crises com acompanhamento das ações;
- Comunicação semanal orientativa e de incentivo à prevenção do COVID-19 através do canal de comunicação; e
- Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Serviço (redução e revezamento dos times que atuam na sala de controle principal e equipe de backup em isolamento e pronta para atendimento).

#### ▪ Organizacionais

- Formação de grupos de trabalho do escritório do Rio de Janeiro e bases, envolvendo 115 colaboradores com apoio do Instituto Integrato, visando colaborar para a saúde mental dos colaboradores do Grupo Celeo;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) - 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- Disponibilização de serviço médico 24 horas por dia através da telemedicina, com acesso gratuito e ilimitado para tirar dúvidas pelo celular sobre os cuidados com a família;
- Acompanhamento das consultas pelo teleatendimento através do programa "Eu saúde" e monitoramento dos casos suspeitos; e
- Suporte emocional do RH aos colaboradores que tiveram parentes afetados pela COVID-19.

#### ▪ Ações externas

- Participação nas associações setoriais (ABRATE e ABSOLAR);
- Apresentação do plano de contingência com as ações de enfrentamento do COVID-19 a agentes públicos;
- Planejamento de ações sociais para apoio aos municípios ou comunidades; e
- Ações junto às associações para manter a segurança jurídica e regulatória no cumprimento do fluxo de caixa das concessões.

**(c) Impacto nas demonstrações financeiras**

Os efeitos do COVID-19 não registraram impactos nos resultados do Grupo Celeo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não foram percebidos impactos sobre o nível de inadimplência do contas a receber das concessionárias. Preventivamente, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- impacto nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência;
- redução da taxa de juros e capacidade da Companhia para aceder ao mercado de dívida de curto e médio prazo; e
- ruptura na cadeia de fornecimento de materiais e serviços que impactem nos níveis de capex previstos para 2021.

Os possíveis impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração, a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2021, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados para o exercício de 2021.

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, como a postergação do recolhimento de PIS, COFINS, FGTS e INSS.

Além da medida acima indicada, o Grupo Celeo analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes.

O Grupo Celeo entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela ANEEL.

\*\*\*

Francisco Antolin C. Padilla  
Diretor

Luiz Carlos Leite  
Diretor relação com  
investidores

Bruno M. S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8